



Fundação Universidade Federal do ABC

Pró Reitoria de Pesquisa

Av. dos Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André/SP, CEP 09210-580

Bloco L, 3ºAndar, Fone (11) 3356-7617

iniciacao@ufabc.edu.br

Projeto de Iniciação Científica submetido  
para avaliação no Edital PIBIC 01/2021.

**Título do projeto:** Bem Viver e práticas da economia popular no território da zona leste de São Paulo.

**Palavras-chave do projeto:** Zona Leste de São Paulo; economia popular; economia solidária; território; Bem viver.

**Área do conhecimento do projeto:** Planejamento Territorial.

## Sumário

|                              |   |
|------------------------------|---|
| 1 Resumo                     | 2 |
| 2 Introdução e Justificativa | 2 |
| 3 Objetivos                  | 7 |
| 4 Metodologia                | 8 |
| 5 Viabilidade                | 8 |
| 6 Cronograma de Atividades   | 8 |
| 7 Referências Bibliográficas | 9 |

## 1 Resumo

Este documento apresenta o projeto de Iniciação Científica intitulado “Bem Viver e práticas da economia popular no território da zona leste de São Paulo”, com a finalidade de mapear e compreender práticas de economia popular no território da Zona Leste da cidade de São Paulo, analisando-as sob a luz do pós-desenvolvimentismo, buscando proximidades e distanciamentos dessas expressões no território em relação à utopia do Bem Viver.

## 2 Introdução e Justificativa

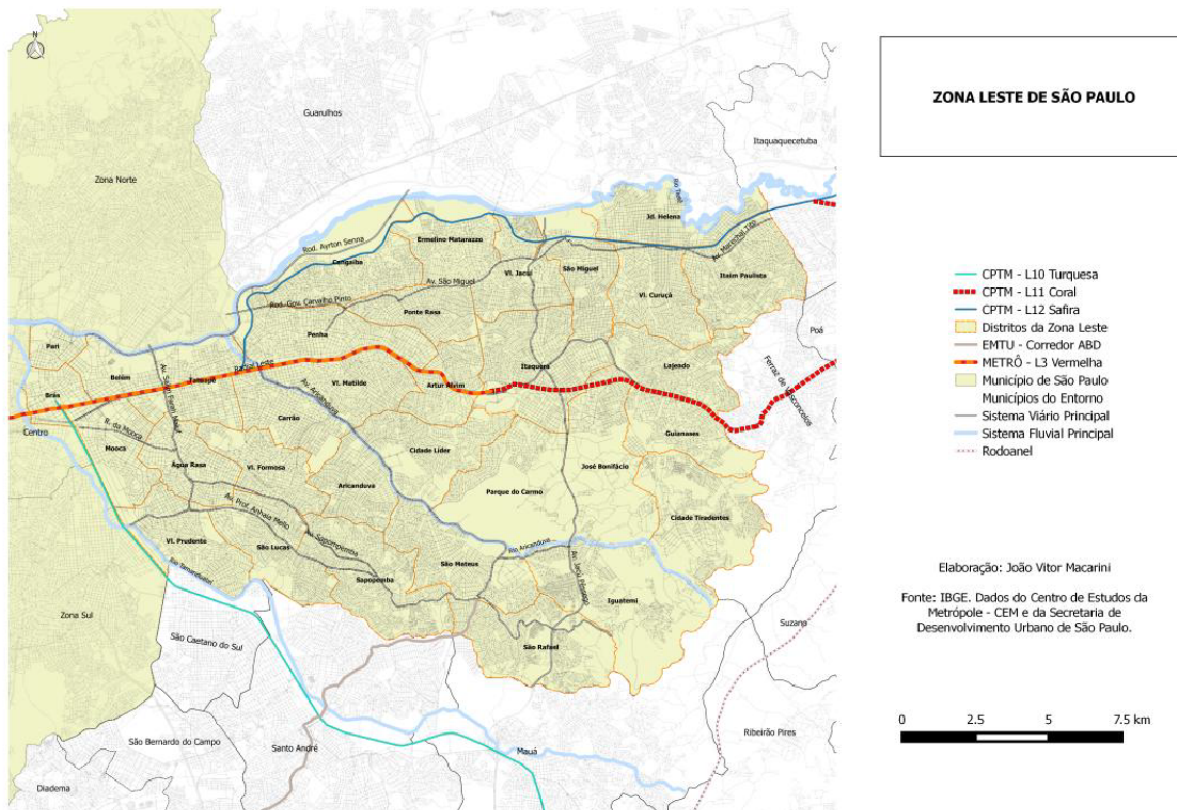
A cidade de São Paulo é o principal centro de gestão da economia no território brasileiro (IBGE, 2014), configurando-se como uma metrópole onipresente no território nacional por meio do comando das redes financeiras e informacionais (SANTOS, 2009). No entanto, a modernização seletiva e incompleta que caracteriza a urbanização dos países subdesenvolvidos (SANTOS, 2008; ARROYO, 2008) faz com que não só o circuito de atividades econômicas com altos graus de capital, organização e tecnologia componha a economia urbana, mas também um intenso circuito inferior (SANTOS, 2005). De um lado, há a preocupação com a “acumulação do capital para a renovação da atividade e sua expansão, em função das exigências tecnológicas” e de outro, agentes “preocupados com a sobrevivência da família” (ARROYO, 2008). Essa dualidade do território é explicada Arroyo:

A presença do circuito inferior é mais intensa nas grandes aglomerações em função da magnitude da pobreza urbana. Isso revela o drama das metrópoles, mas também sua força. A diversidade e o volume de fluxos que essa multiplicidade de trabalhos representa agregam riqueza e dinamismo à economia urbana (ARROYO, 2008, s/p).

Percebe-se e comprova-se a diversidade socioeconômica dos habitantes paulistanos, demonstrando, através de aspectos étnico-raciais, econômicos, e espaciais, as diversas desigualdades presentes neste espaço (ICS, 2020). Adentrando em um destes espaços, a zona leste de São Paulo conta com aproximadamente quatro milhões de habitantes (HELD, 2016), sendo um importante território marcado pelo processo de periferização. Como é possível

observar no Mapa 1, a zona leste de São Paulo conta com 33 macrorregiões distintas. Essas macrorregiões são marcadas, também, pela periferização — a distância do centro, nesse caso, indica maior concentração de pobreza e precarização territorial (HAESBAERT, 2004). Essa disparidade dentro do território é descrita por Milton Santos como uma dupla condenação à pobreza - as pessoas possuem o seu valor não apenas pelo aspecto socioeconômico e étnico, mas também pelo local onde vivem (SANTOS, 2007).

**Mapa 1: Zona leste de São Paulo**



Fonte: Held, 2016

A “dupla condenação” descrita por Santos tem como premissa o conceito de segregação socioespacial, que é carregado pelas “grandes desigualdades socioeconômicas existentes e seus reflexos no espaço urbano” (VASCONCELOS, 2020). É presente na sociedade brasileira desde a abolição da escravidão, em 1888 pois, segundo Vasconcelos, “ficou a cargo da maior parte da população pobre resolver a sua questão habitacional, assim como a do acesso às terras urbanas, tendo em vista a atuação sempre insuficiente do Estado na questão”, resultando nos cortiços que ficavam nos centros urbanos e, após as suas destruições, a constituição das favelas nos morros das cidades brasileiras, afastando cada vez mais as pessoas do centro (VASCONCELOS, 2020).

A formação da zona leste de São Paulo é marcada pela periferização da cidade — o processo de industrialização e urbanização forçada dessa região é iniciado a partir do século XX, quando Brás, Mooca e Belém se tornaram bairros industriais (HELD, 2016). Ao longo do tempo, juntamente com a valorização imobiliária destas macrorregiões e as mudanças das

indústrias para fora da cidade, acompanhando as ferrovias, parte da população que trabalhava no meio industrial sentiu a necessidade de encontrar moradias que acompanhavam a localidade das indústrias, somado ao fato de que os bairros anteriormente industriais foram valorizados e, por isso, possuíam valores altíssimos para a moradia. Held explicita este fenômeno:

Assim, se em um primeiro momento bairros como Belém, Mooca e Brás atraíram diversas fábricas e consequente população para a sua mão de obra, geralmente imigrante, com o tempo a expansão para a região leste, desencadeada pela ferrovia e pela valorização dos terrenos desses bairros, induziu o deslocamento da população para outros bairros, mais distantes (HELD, 2016, p. 84).

Em concomitância a esse fenômeno, uma formação de centralidades urbanas na zona leste se forma, acompanhando o aumento do trabalho no setor de serviços, dentro destas centralidades que acabaram sendo formadas ao longo do tempo, como a do Tatuapé (ENDRIGUE, 2008), pela constituição de shoppings centers e centros de comércio (HELD, 2016). Vale ressaltar que a estrutura dos trabalhos dentro do setor terciário, ainda mais por não ser localizada no centro da cidade, evidencia baixos salários e precarização de empregos, muitas vezes estes sendo caracterizados como “informais” e com muitas atividades compondo o circuito inferior da economia urbana.

Por isso, a zona leste é um marco da desigualdade espacial e econômica, expressando no espaço, também, relações raciais (EMERSON DOS SANTOS, 2018) e a generificação da pobreza (HELENE, 2019) — pobreza esta que, como ilustram Held e Macarini (2017, p. 5), “concentra diversas formas de desintegração social como o abandono e o atraso escolar, gravidez na adolescência, envolvimento com as drogas (tráfico e vício), altos índices de ociosidade juvenil (jovens que não trabalham ou estudam) e desemprego”.

Entre as práticas alternativas à economia baseada na acumulação — e produtora dessas dinâmicas de desigualdade e produção de pobreza — encontram-se as chamadas práticas de economia popular ou economia solidária<sup>1</sup>. Esta modalidade de trabalho tem como premissa “novas formas de produzir, consumir e construir redes de distribuição e comercialização, estruturando-se num canteiro de um novo tipo de emprego” (GAGO, 2018, p. 32). Esse novo tipo de emprego pode ser visualizado nos diversos ambulantes, pequenos negócios familiares, prestadores de serviços individuais, vendedores de artigos artesanais, entre outros, que constituem esta rede de alternativas para a reprodução da vida — não enxergada de forma individual, mas sim coletiva — seja pela família, por uma comunidade ou um grupo de pessoas.

O aspecto da coletividade é marca forte da economia popular, visto que, segundo Gago, “extrapolam as suas coordenadas clássicas: trabalho formal, assalariado, masculino,

---

<sup>1</sup> Propõe-se, neste trabalho, considerar a complementaridade das práticas de economia popular e economia solidária. Para o autor, “a economia popular realmente existente contém relações solidárias, mas não é solidária por natureza. Fazê-la solidária, como setor que se projeta para a transformação do restante da economia, é uma tarefa econômica, social e política que confronta o projeto neoliberal” (CORAGGIO, 2020, p. 9, tradução própria).

nacional, que percebe o indivíduo sozinho, desvinculado de seu lar e de suas relações de reprodução” (GAGO, 2018, p. 35). Dessa forma, não há uma lógica de acumulação de capital, assim como são concebidos os empregos formais, pois “se o capital despreza a vida para priorizar o lucro, a economia dos setores populares se define pela lógica da reprodução da vida” (COSTA; LARA, 2000, p. 10). Nesse contexto, a economia popular não deve ser entendida como apenas “emprego informal”, até porque a informalidade, segundo Kreychete, “já não pode mais ser entendida como um subproduto de um período de crise a ser superado pela retomada do crescimento econômico” (KREYCHETE, 2000, p. 26). Isso significa que a economia popular é uma modalidade permanente de reprodução da vida a partir da coletividade ‘doméstica-comunitária de auto-organização’ (GAGO, 2018, p. 35). As práticas de economia solidária encontram espaço em um cenário marcado pelo fenômeno que Gago chama de “desassalariamento formal” (GAGO, 2018, p. 32), que implica na redução das oportunidades de emprego de carteira assinada a partir do aumento de tecnologias que substituem a força de trabalho humana, aumentando o desemprego.

Dois cuidados importantes devem ser feitos ao analisar a economia popular e suas características, rompendo com distorções do senso comum. O primeiro é sobre o posicionamento dessas práticas em um campo de sentidos negativo, correlacionando-as à irregularidade e à ilegalidade. Assim, Costa e Lara alertam:

Seguindo os rumos de Coraggio, acabamos por mudar o foco do olhar: a referência de análise deixa de ser a empresa ou o estado e fazemos alinhar nossos conceitos àquela instância do real que se põe como suporte para todo o real. É o conceito que ele propõe como “unidade doméstica” e que poderíamos traduzir como núcleos de sustentação da vida humana (COSTA e LARA, 2000, p. 11).

Assim, enxergar a economia popular de forma positiva, no sentido da ação pela reprodução da vida é importante para que se entenda as complicações ao redor deste tópico, valorizá-lo e trazer as problemáticas da sua causa. O segundo ponto de atenção é sobre a visão positivista e meritocrática sobre essa realidade, traduzida pela romantização das atividades autônomas, cunhando o empreendedorismo como um incentivo à acumulação de capital dentro de empresas pequenas e familiares, atrapalhando, assim, na constituição do intuito essencial da economia popular. Como afirma Kreychete (2000, p. 23-24):

Uma certa visão, compatível com as crenças ultraliberais, propõe aos que não têm acesso ao mercado formal de trabalho que adquiram uma tal de empregabilidade; que se transformem em empresários de si mesmos (...) Aprenderiam com o mercado capitalista a arte dos negócios como se houvesse uma evolução contínua entre empreendimentos populares e pequenas empresas. De um paradigma antropológico do indivíduo-máquina passa-se, agora, à uma nova matriz: aquela do indivíduo-empresa, onde apenas os mais capazes mereceriam sobreviver.

Pelo fato da desigualdade espacial e da formação de centralidades urbanas, pautadas na prestação de diversos serviços, a escassez de emprego formal dentro da zona leste é vista de forma explícita, já que “a localização também faz parte de um produto do trabalho, associando e especificando o espaço intra-urbano, na medida em que compreende as relações entre determinados pontos do território urbano” (VILLAÇA, 2001 *apud* HELD E MACARINI, 2018, p.

8). O trabalho – sobretudo no circuito inferior da economia urbana — dentro da zona leste é característico da localidade a partir de sua constituição e características. Neste sentido, pela expansão da modalidade da economia solidária, Gago traz uma ideia do que realmente deveria se tratar as economias populares, não apenas para o externo, mas também para quem a pratica:

Pensada apenas em termos de desproletarização, a informalidade corre o risco de ser reduzida a uma zona e a uma fonte privilegiada do crime e da violência (...) o que funciona, na verdade, como uma possibilidade de vida – e não apenas de sobrevivência e violência – para uma grande parte da população, trazendo modos claramente inovadores de lidar com a escassez, a violência, as instituições e o consumo (GAGO, 2018, p. 33).

Além do aspecto interno, vale ressaltar a tamanha importância econômica das economias e comércios populares no que tange ao consumo das massas e o acesso a produtos diversos. E, por isso, Gago traz mais uma reflexão:

(...) essas economias já não podem mais ser consideradas como marginais dada sua capacidade de relação íntima com a heterogeneidade metropolitana (...) e pelo fato de revelarem o dilema das cidades sobre a simultânea visibilização e invisibilização da função produtiva dessas economias (GAGO, 2018, p. 37).

Cabem alguns questionamentos a partir dessa análise: como as populações se relacionam com os comércios populares em seus bairros? De que forma as pessoas que fazem parte da economia popular encaram este trabalho? Que imaginários urbanos acompanham tais práticas — lógicas baseadas na coletividade, na economia solidária ou no empreendedorismo neoliberal? Até que ponto a forma de enxergar as economias populares e fazer parte delas – tanto como vendedores quanto compradores – dá motivação e intensifica as relações comunitárias?

Um conceito que pode ajudar a responder a estas perguntas é o de Pós-Desenvolvimentismo. Essa perspectiva é baseada nos limites do desenvolvimento como motor da vida social e em suas consequências sociais e ambientais. O Pós-Desenvolvimentismo agrupa diversas correntes alternativas, como o ecossocialismo, o ecofeminismo, o ecoanarquismo, a Ecologia Profunda, além de outras perspectivas utópicas como o Bem Viver, também conhecido como *sumak kawsay* (ACOSTA, 2016). Esta última será mobilizada na análise desta pesquisa. O Bem Viver refere-se:

à vida em pequena escala, sustentável e equilibrada, como meio necessário para garantir uma vida digna para todos e a própria sobrevivência da espécie humana e do planeta. O fundamento são as relações de produção autônomas, renováveis e autossuficientes (TURINO, 2016, p. 16).

Portanto, por se tratar de uma utopia construtivista – que é concebida de forma contínua para incentivar pequenas, médias e grandes ações em prol da mudança estimada – o Bem Viver nega o conceito de desenvolvimento e evolução socioeconômica, e se pauta na reprodução da vida de forma justa, igualitária e diversa, já que “não existe a concepção de um

processo linear de vida que estabeleça um estado anterior e outro posterior, a saber, de subdesenvolvimento e desenvolvimento” (ACOSTA, 2016, p. 71).

Um exemplo destas ações reside justamente nas práticas da economia popular solidária. Por tratar-se de um modo de vida alternativo que se pauta na reprodução da vida coletiva, a incorporação da utopia do Bem Viver “pode servir de plataforma para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas e às crescentes marginalizações e violências sociais” (ACOSTA, 2016, p. 33). Além disso, “não se trata apenas de opor-se à exploração da mão de obra. Também está em jogo a defesa da vida contra esquemas antropocêntricos de organização produtiva, causadores da destruição do planeta” (ACOSTA, 2016, p. 27).

Assim, o ponto máximo da incorporação da utopia do *sumak kawsay* é incentivar a dinâmica das economias solidárias para a concretização de ações que sejam contrárias a exploração socioeconômica e ambiental do sistema capitalista, traduzindo-se em uma “tarefa descolonizadora e despatriarcalizadora” a partir da valorização igualitária das ações de uma comunidade e/ou família (ACOSTA, 2016, p. 72). Seguindo nessa linha de estruturação de ações, a incorporação do Bem Viver nas economias solidárias da zona leste de São Paulo pode ser uma “oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida” (ACOSTA, 2016, p. 23), não apenas implicado ao enfrentamento das desigualdades socioeconômicas da população, mas também em relação aos sonhos e desejos individuais e suas concretizações. O Bem Viver, por ser continuamente construído, acaba tornando-se um produto da incorporação de diversas vivências e modos de vida alternativos (ACOSTA, 2016), podendo incluir-se, nesse sentido, as práticas existentes na zona leste de São Paulo.

## 3 Objetivos

### 3.1 Objetivo Geral

Investigar práticas de economia popular periféricas localizadas na Zona Leste da cidade de São Paulo. Pretende-se caracterizar tais práticas e analisá-las à luz dos debates sobre o Bem Viver e o pós-desenvolvimentismo.

### 3.2. Objetivos Específicos

- Compreender a inserção da Zona leste na economia urbana de São Paulo;
- Identificar e caracterizar as principais práticas de economia popular presentes na Zona Leste de São Paulo;
- Investigar práticas solidárias, redes de apoio e coletivização das dinâmicas de trabalho nessas práticas de economia popular;
- Analisar as práticas de economia popular à luz da utopia do Bem Viver e do debate teórico sobre o pós-desenvolvimento;
- Analisar tais experiências sob o prisma das relações de gênero e raciais presentes;

## 4 Metodologia

- Levantamento bibliográfico - restrito a fontes virtuais, em função da pandemia - tais como o acervo de periódicos da CAPES, a base Scielo, a base de dissertações e teses e demais conteúdos eletrônicos do Sistema de Bibliotecas da UFABC, o Google Acadêmico e portais de teses e dissertações de Universidades brasileiras;
- Levantamento de dados junto à ECOSOL e outras associações de economia solidária, ao Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), ao Atlas Digital da Economia Solidária, a Organizações não-governamentais e movimentos sociais atuantes na Zona Leste;
- Realização de entrevistas semi-estruturadas (a distância, por mediação de tecnologias) com sujeitos de práticas identificadas de economia popular no território da Zona Leste;
- Construção de trabalhos técnicos — mapa das práticas de economia popular no território da Zona Leste, quadros com sínteses sobre as análises produzidas das práticas de economia popular e das expressões da lógica do Bem Viver nas experiências analisadas.

## 5 Viabilidade

A pesquisa será realizada com orientação e atividades mediadas por tecnologias da informação, demandando equipamentos de posse da estudante e acesso à internet, já disponível. Ainda que não sejam as condições ideais para a realização da pesquisa, não prejudicarão o planejamento que já foi realizado considerando a continuidade da pandemia e da suspensão das atividades presenciais durante todo o período de vigência do projeto.

## 6 Cronograma de Atividades

1. *Etapa 1 — Formação para a prática científica e aprofundamento no tema*
  - a. Etapa 1.a. Leituras e encontros de discussão de textos em grupo, formações específicas para a prática científica, programa de leituras comuns para formação na área de Planejamento territorial e de temas pertinentes ao projeto, com reuniões semanais (via *internet*) de grupo de pesquisa de iniciação científica;
  - b. Etapa 1.b. Encontros de orientação individualizada sobre o projeto;
  - c. Etapa 1.c. Realização de amplo levantamento bibliográfico, a partir de bibliotecas virtuais;
2. *Etapa 2 — Efetivação, sob orientação, das metodologias específicas do projeto*
  - a. Etapa 2.a. Submissão do projeto à Comissão de Ética em Pesquisa;
  - b. Etapa 2.b. Levantamento de dados;
  - c. Etapa 2.c. Realização de entrevistas semi-estruturadas;
3. *Etapa 3 — Sistematização do trabalho final*
  - a. Etapa 3.a. Sistematização e análise de dados.
  - b. Etapa 3.b. Elaboração dos trabalhos técnicos (mapa e quadros).
  - c. Etapa 3.c. Redação do relatório parcial.
  - d. Etapa 3.d. Redação do relatório final.



**Tabela 1** – Cronograma de atividades previstas

| Etap<br>a | Mês |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
|-----------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
|           | SET | OUT | NOV | DEZ | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO |
| 1.a.      | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   |
| 1.b.      | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   |
| 1.c.      | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   | X   |     |     |
| 2.a.      | X   |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| 2.b.      |     |     |     | X   | X   | X   | X   | X   |     |     |     |     |
| 2.c.      |     |     |     |     |     |     | X   | X   | X   |     |     |     |
| 3.a.      |     |     |     |     |     |     | X   | X   | X   | X   |     |     |
| 3.b.      |     |     |     |     |     |     | X   | X   | X   | X   |     |     |
| 3.c.      |     |     |     |     | X   | X   |     |     |     |     |     |     |
| 3.d.      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     | X   | X   |

Posteriormente à finalização do projeto, pretende-se submeter o trabalho a congressos de Iniciação Científica e outros da área de Planejamento Urbano e Regional e Economia.

## 7 Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ARROYO, Mónica. **A economia invisível dos pequenos**. Le Monde Diplomatique Brasil. 2008. [online] Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/>>. Acesso em maio de 2021.

CORAGGIO, José Luis. Economía social y economía popular: Conceptos básicos. **Consejo Consultivo, Documento Nro 1**, INAES/Ministerio de Desarrollo Productivo, Buenos Aires: 2020.

EMERSON DOS SANTOS, Renato. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. In: BARONE, Ana Cláudia Castilho; RIOS, Flavia (org.). **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2019.

ENDRIGUE, Taísa da Costa. **Tatuapé: A valorização imobiliária e a verticalização residencial no processo de diferenciação sócio-espacial**. 230 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GAGO, Verônica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Elefante, 2018.

HAESBAERT, Rogério. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, Ano 20, v. 2, n. 23, p. 35-52, Jul-Dez/2004.

HELD, N; MACARINI, J. V. Análise das dinâmicas socioeconômicas e tendências de desenvolvimento urbano na zona leste de São Paulo: notas sobre as centralidades urbanas locais. **Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?**, v. 17, n. 3, 2017.

HELD, Natália. **Zona leste de São Paulo – um território de contrastes: perspectivas de desenvolvimento urbano e dinâmicas socioeconômicas**. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2016.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, v. 21, p. 951–974, 15 ago. 2019.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2019**. [online] Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>>. Acesso em março de 2021.

IBGE. Órgãos Estaduais de Estatística. **Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA**. [online] Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>>. Acesso em março de 2021.

IBGE. **Redes e fluxos do território: Gestão do território**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

ICS — Instituto Cidades Sustentáveis. Mapa da Desigualdade 2020. [online] Disponível em <<https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Mapa-da-Desigualdade-20-TABELAS-1.pdf>>. Acesso em maio de 2021.

KREYCHETE, G; LARA, F; COSTA, B (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2009.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Uma discussão sobre o uso dos conceitos de processos (e formas) espaciais nas cidades brasileiras. **Confins**, n. 44. 2020. [online] Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/27344>>. Acesso em maio de 2021.